

ANEXO I

Termo de Referência

1. DO OBJETO, UNIDADE REQUISITANTE, FUNDAMENTAÇÃO E TIPO DE CONTRATAÇÃO:

- 1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência de REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de **Cimento Portland CP II-F-32 – saco de 50 kg**, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras, conforme especificações constantes neste instrumento;
- 1.2. **Unidade requisitante:** Secretaria Municipal de Obras
- 1.3. **Fundamentação Legal:** Pregão Eletrônico via Sistema de Registro de Preços - Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93; Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar 123/06 e Decreto Municipal nº 599 de 03 de junho de 2020.
- 1.4. **Tipo:** Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93
- 1.5. **Prazo:** Ata com validade por 12 (doze) meses
- 1.6. Descrição, especificação e quantitativo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE.
01	Cimento Portland CP-II-32 – saco de 50kg	Sc	5250
02	Cimento Portland CP-II-32 – saco de 50kg - com cota reservada	Sc	1750

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

Como sabido, nosso Município possui considerável extensão territorial, alcançando aproximadamente 935,429 km², o que gera grande volume de serviço para sua manutenção, não sendo tarefa fácil atender todas as demandas.

De se destacar que, por orientação da Gestão, a licitação para aquisição de cimento pelo Município acaba se concentrando nesta Secretaria de Obras, no entanto, tal insumo serve à diversas outras unidades administrativas, tais como a Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Subprefeituras

municipais, além dos serviços demandados e realizados por esta própria Secretaria na manutenção de vias urbanas e as Administrações Regionais de Bairros.

A aquisição de cimento tem por finalidade atender as necessidades das demandas de cada bairro, sendo na construção civil, construção de calçadas, construção de tampas de bueiro, poços de visita, ralos entre outros serviços de alvenaria.

Sendo assim, realizou-se um levantamento com o intuito de apurar uma estimativa no quantitativo que foi utilizado na última ARP nº. 351/2022 e contrato nº. 167/2023, **conforme justificativa ratificada pelo corpo técnico desta Secretaria, anexo aos autos deste processo administrativo.**

Essa aquisição irá suprir a demanda do Município pelo período de 12 (doze) meses e será procedida via Sistema de Registro de Preços.

3. DESCRIÇÕES / MATÉRIA PRIMA

3.1. QUALIDADE: o material deverá ser de 1ª(primeira) linha/qualidade, caso ocorra entrega de material que não seja de boa qualidade, de acordo com a **Norma NBR 11578.**

3.2. EMBALAGEM: o cimento deve ser entregue pelo fornecedor em sacos de papel contendo 50 Kg de cimento e devem estar íntegros na ocasião do recebimento.

3.3. MARCAÇÃO: os sacos de cimento deverão ser de 50 Kg e devem ter impressos de forma visível, em cada extremidade a sigla e a classe correspondente (CP II-32). Na embalagem do cimento, deverá constar a data de fabricação do produto.

3.4. PRAZO DE VALIDADE: o produto deverá manter as condições de uso inalteradas pelo período mínimo de **30 (trinta) dias** a contar da data de entrega.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS



- 4.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002.

5. DOS CUSTOS

- 5.1. Nos preços apresentados deverão estar incluso as despesas **com frete e descarregamento** e quaisquer outras despesas inerentes ao fornecimento.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1. O fornecimento dos materiais será efetuado conforme conveniência e necessidade, a serem determinados pela **Secretaria Municipal de Obras**, mediante emissão da Nota de Empenho, com pedido mínimo de 200(duzentos) sacos de cimento.
- 6.2. A entrega será orientada através do documento de solicitação (modelo - Anexo XII) enviado a Contratada através de e-mail ou entrega pessoal.
- 6.3. O prazo de entrega será de **72hs (setenta e duas) horas**, após o recebimento do pedido (através de requisição autorizada pelo Secretário de Obras).
- 6.4. O local de entrega dos materiais (**descarregados**) deverá ser no depósito da Secretaria de Obras, localizado na Avenida Alberto Braune, nº 225 – Centro– Nova Friburgo.
- 6.5. Considera-se "**material descarregado**", ou seja, os sacos de cimento serão descarregados dentro do depósito da Secretaria de Obras, no endereço acima citado.
- 6.6. Os materiais que apresentarem defeitos/avarias deverão ser substituídos no prazo de **48hs (quarenta e oito) horas**, a contar do prazo do recebimento.
- 6.7. O horário de entrega deverá ser realizado de **segunda à sexta-feira de 07:00 às 14:00 horas**;
- 6.8. Será de exclusiva responsabilidade financeira e operacional da empresa contratada a manutenção de equipamentos e de funcionários necessários para entrega do produto;
- 6.9. Serão motivos de recusa os sacos de cimento que estiverem rasgados, abertos, úmidos, molhados ou avariados durante o transporte;



6.10. Também serão motivos de recusa os sacos de cimentos que estiverem empedrados, úmidos ou molhados.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

7.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta dos elementos de despesa e fontes de recurso abaixo, da Secretaria Municipal de Obras:

PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
10001.1545200132.046	3390.30 – 19	170400000017 170400000019 170500000020
10001.1545200132.047	3390.30 - 19	170400000017 170400000019 170500000020

7.2. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão e o pagamento será efetuado em consonância ao disposto no **Decreto Municipal nº 258 de 27 de setembro de 2018**, desde que as certidões, abaixo listadas, estejam dentro da validade **(Decreto nº 313/2019)**:

7.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.2.2. Certificado de Regularidade do FGTS;

7.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

7.2.4. CND – Certidão de Nada Consta (junto a Receita Estadual);

7.2.5. Certidão Negativa da Dívida Ativa (Procuradoria Geral do Estado);

7.2.6. Certidão Negativa de Débitos Municipais.

7.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, Endereço: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

7.4. A nota fiscal deverá conter a identificação do banco, número da agência e conta corrente para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.



- 7.5. Na ocorrência de rejeição da (s) nota (s) fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações da Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as exigências deste Termo de Referência e os termos de sua proposta;
- 8.3. Receber o material no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido no prazo estabelecido;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão de servidores a ser especialmente designada por **Ordem de Serviço**, nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, devendo, posteriormente, anotar em registro próprio toda e qualquer ocorrência relacionada a presente aquisição, inclusive determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 8.6. A comissão designada por Ordem de Serviço será composta pelos servidores:
- Sumaya Temperini de Moraes, matrícula 207.727 – Gestora
 - Clayton Munier Coelho, matrícula 100.715 - Gestor substituto
 - Jeferson Pires Aragão, matrícula 62.039 – Fiscal
 - Junior da Silva dos Santos, matrícula 100.644 - Fiscal substituto
- 8.7. Caso as decisões e providências ultrapassem a competência dos representantes, deverá solicitar a seus superiores, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes.
- 8.8. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, em conformidade com o **Decreto Municipal nº 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313/2019.**



- 8.9.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 9.1.** Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública. No caso de empresas em Recuperação Judicial, as mesmas poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (Art. 58 da Lei nº. 11.101/2005).
- 9.2.** Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;
- 9.3.** A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.2.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da



respectiva **NOTA FISCAL ELETRÔNICA completa**, na qual constará a descrição material, acompanhada das certidões de regularidade fiscal;

- 10.3. Atender, prontamente, a quaisquer exigências da Contratante inerentes ao objeto da presente aquisição;
- 10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato;
- 10.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 10.7. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.8. Indicar um endereço eletrônico (e-mail) para o qual serão dirigidas todas as comunicações formais a serem realizadas pela Municipalidade, seja qual for a sua natureza, citando-se, a título exemplificativo, notificação para assinatura do termo de contrato, notificação para apresentar defesa administrativa quanto a eventual imputação de descumprimento, total ou parcial, do contrato administrativo firmado, etc. Será da exclusiva responsabilidade da empresa a manutenção em funcionamento do endereço eletrônico (e-mail) indicado, assim como a sua regular e rotineira consulta. Será facultado à empresa requerer a substituição do endereço eletrônico informado, o que deverá ser feito por meio de solicitação formal, a ser apresentada no bojo do processo administrativo licitatório.
- 10.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 10.11. Atestado de capacidade técnica da empresa, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove que a licitante tenha fornecido objeto pertinente e em quantidade compatível com o objeto desta contratação.



11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

- 11.1.** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 14.1.** Nos termos dos artigos 58, III e 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração tem o poder-dever permanente de acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão de servidores especialmente designada por Ordem de Serviço, devendo estes anotarem em registro próprio toda e qualquer ocorrência relacionada a execução da contratação, inclusive determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 14.2.** Caso as decisões e providências ultrapassem a competência do (s) representante (s), deverá solicitar a seus superiores, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes.
- 14.3.** O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

14.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

15. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

15.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos da Subsecretaria de Obras, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02 a contratada que:

16.1.1. - Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

16.1.2. - Apresentar documentação falsa;

16.1.3. - Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

16.1.4. - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.5. - Não manter a proposta;

16.1.6. - Cometer fraude fiscal;

16.1.7. - Comportar-se de modo inidôneo;

16.2. - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

16.3. - Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.3.1. - Advertência;

16.3.2. - Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada



sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

- 16.3.3.** - Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)
- 16.3.4.** - Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- 16.3.5.** - Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- 16.3.6.** - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 16.3.7.** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;
- 16.3.8.** - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;
- 16.3.9.** - As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- 16.3.10.** - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

17. DA RESCISÃO

- 17.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Obras o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;
- 17.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:
- 17.3. Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Obras;
- 17.4. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Obras.
- 17.5. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 15 de setembro de 2023.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
Sumaya Temperini de Moraes SMO – ANS I Matrícula 207.727	Jeferson Pires Aragão Subsecretário Municipal de Obras Matrícula 62.039

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Bernardo Coelho Verly
Secretário Municipal de Obras
Matrícula 62.009